



**O SR. PRESIDENTE** (Nilto Tatto. PT - SP) - Boa tarde.

Declaro aberta esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias destinada a debater o novo traçado da BR-158 no Estado de Mato Grosso. Esta audiência atende a requerimento de minha autoria e do Deputado Patrus Ananias, aprovado no âmbito desta Comissão.

Quero saudar a todos e todas aqui presentes e agradecer por terem atendido ao nosso convite.

A BR-158, em parte do trecho que atravessa Mato Grosso, na região nordeste do Estado, passa pela Terra Indígena Xavante. A área já foi alvo de disputa, tem uma extensão de mais de 165 mil hectares e está registrada em nome da União. Os indígenas, segundo a FUNAI, ocuparam a terra na década de 1960. Depois, foram transferidos. Voltaram, em 2013, com a posse definitiva da terra. Porém, agora, os xavantes pedem uma mudança no traçado da BR-158, para que contorne a terra indígena e não mais atravesse em linha reta por dentro da reserva, como no plano original.

Do outro lado, estão produtores e comerciantes, que querem o projeto inicial sem desvios. É evidente que todos sabem que a área é de expansão agrícola e, portanto, como já vem ocorrendo nessa conjuntura, o traçado de uma estrada dessas, passando por dentro de uma terra indígena, representa intranquilidade para o futuro. Por isso foi convocada esta audiência, para debatermos e buscarmos uma saída ao problema, a fim de que não traga mais impacto, como já houve, ao longo de toda a história, a esse grupo indígena.

Convido para compor a Mesa o Sr. Cosmo, liderança xavante de Marãiwatsédé; o Sr. Cleber Buzatto, Secretário-Executivo do Conselho Indigenista Missionário; a Sra. Maria Janete de Carvalho, Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental da FUNAI; o Sr. Everton Pereira Aguiar, Procurador da República no Município de Barra do Garças, Mato Grosso do Sul; o Sr. André Martins de Araújo, Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT; o Sr. Orlando Fanaia Machado, Superintendente Regional do DNIT no Estado de Mato Grosso, e D. Leonardo Steiner, Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, que chegará em breve.

Agradeço a todos os convidados a presença.

Será concedida a palavra aos Deputados presentes, respeitada a ordem de inscrição, por 3 minutos. Esclareço que o tempo concedido aos expositores será de 12 minutos. As



imagens e o som desta reunião estão sendo captados para transmissão ao vivo, pela Internet, e também para posterior registro de áudio e transcrição.

A audiência pode ser acompanhada ao vivo na página da Comissão de Direitos Humanos e no Facebook. Por isso solicito que falem próximos ao microfone.

Vamos, então, às exposições, concedendo a palavra inicialmente ao Sr. Cosmo, da liderança xavante de Marãiwatsédé.

**O SR. COSMO** - Obrigado.

Em primeiro lugar, boa tarde a todos do plenário. Saúdo o Deputado Patrus Ananias que nos convidou e todos os que compõem a Mesa, neste ato da audiência.

Meu nome é Cosmo. Sou filho do Cacique Damião, que é um lutador pela terra. Agora temos uma luta da existência da BR-158, que corta a nossa terra. Esse discurso começou em 2006. Em 2018, estamos num processo de 12 anos nesse discurso da retirada da BR-158 do território. Ali tem detalhes: algumas aldeias antigas e o cemitério ficaram fora. Então, tem esse detalhe, porque é uma área de proteção que ainda não foi regularizada, mas tem uma área de proteção para identificação.

Então, focando a minha fala, eu venho acompanhando as reuniões que vêm acontecendo. Na última audiência, em Mato Grosso, se não me engano em 30 de abril do ano passado, foi uma unanimidade. Políticos e até representantes do DNIT disseram que ia começar essa pavimentação, mas não aconteceu esse asfalto. Daí, vem continuando o mesmo discurso. Juntamente com o nosso amigo, que representa o nosso Estado, foi dito que todo o levantamento e o licenciamento foram feitos e autorizada essa pavimentação no traçado leste. Aqui eu deixo a minha pergunta: por que esse asfalto não está saindo para atender três Municípios em volta do território? Os moradores desses Municípios têm interesse que passe dentro desses Municípios para beneficiá-los.

Então, dentro da terra, não tem nenhuma cidade para atender essa pavimentação. Todos os prefeitos e populações da região estão no aguardo de quando vai começar esse asfalto. Eu como indígena, que vivo no dia a dia com a minha comunidade, digo que a nossa situação é precária. Em cada período de seca... Essa estrada está sendo utilizada sem dono da terra. Estão atendendo só a pessoas que têm interesse econômico. Então, não existe alguma forma de nos atender, alguma compensação, alguma antecipação? Isso já foi colocado no processo também. Está tudo na mão da superintendência, do nosso representante do DNIT do nosso Estado.



Então, resumidamente, nós queremos sair daqui, como representante do nosso povo, com alguma resposta definitiva sobre quando vai começar essa pavimentação no contorno. Já foi feito de tudo, licenciamento ambiental, e foi tudo autorizado. Então, precisamos sair daqui sabendo o que está havendo e porque não está acontecendo. Não posso me esquecer de falar também, sempre respeitando uma área de proteção, onde há aldeia antiga, cemitério. E quero garantir também que não passarão por cima dessas aldeias antigas, porque existe arqueologia ali, mas alguns fazendeiros estão limpando esse local, para, quando a gente for buscar, não localizar esse local do nosso povo que existia.

Precisamos também, nesse estudo, nessa alteração de componente indígena, que seja registrada e regularizada essa área de proteção, porque estamos crescendo e também precisaremos dessa área para o futuro dos nossos filhos.

Queremos que aconteça esse asfalto ainda neste ano, porque o nosso desespero é isso não acontecer e acabar com essa estrada, fazer com que ela não exista e jogar isso para outros governos que virão, sempre levando só em processo, em vez de fazer acontecer.

A minha fala, então, seria nesse sentido. Queremos saber o que está havendo e quando vai começar e acabar essa estrada que corta a nossa reserva.

Meu muito obrigado a todos pelo convite e por esta oportunidade. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Nilto Tatto. PT - SP) - Obrigado, Cosme.

Passo a palavra agora ao Sr. Cleber Buzatto, do Conselho Indigenista Missionário.

**O SR. CLEBER BUZATTO** - Boa tarde, Deputado Nilto Tatto. Cumprimento o senhor e todos os membros da Comissão de Direitos Humanos, de modo especial o Deputado Patrus Ananias, que também apresentou requerimento para a realização desta audiência. Cumprimento o Cosme e demais lideranças xavantes que aqui se encontram. Estendo os meus cumprimentos ao Cacique Damião, que não pôde vir, aos demais colegas aqui da Mesa, a todos os presentes que também acompanham esta audiência pelos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados.

Nós acompanhamos essa temática há algum tempo com uma certa preocupação, e queremos manifestar a nossa solidariedade e apoio à posição que os xavantes têm adotado em relação a esse tema. Foi feito um esforço colegiado, puxado especialmente pelos xavantes, mas também houve representação dos órgãos públicos, do próprio Governo brasileiro, de modo particular dos Governos Lula e Dilma.



Com o processo de demarcação da terra e com a extrusão realizada a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2013, se não me engano, já havia uma expectativa de que, com a aprovação do contorno da rodovia, a rodovia que passa dentro da terra demarcada fosse desativada. O tempo tem passado, e isso não tem acontecido. O que nos preocupa, de fato, é a possibilidade de existência de uma estratégia deliberada para que isso não aconteça e, de repente, num próximo governo, conforme quem for eleito — esperamos que não seja ninguém do lado da turma do agronegócio —, ele possa, de fato, reverter essa decisão política já tomada.

Por isso, nós queremos aproveitar a ocasião para reiterar esse apoio aos xavantes e à demanda para que o Governo brasileiro dê segmento àquilo que foi acertado. Portanto, que o asfaltamento dessa BR esteja de acordo com um traçado que se desvia da Terra Indígena Marãiwatsédé.

Esse é um elemento fundamental. Acho que, na sequência, os demais expositores poderão apresentar mais informações de ordem técnica e também de ordem política, para termos uma ideia mais próxima de como está essa situação e qual é a perspectiva objetiva de início das obras desse contorno.

No mais, temos grande preocupação, porque essa questão de tentar ludibriar as decisões e a própria legislação no que diz respeito aos direitos indígenas tem sido algo recorrente. Temos acompanhado situações graves em algumas regiões do País.

De modo particular, quero fazer referência, Deputado, aqui na Comissão de Direitos Humanos, à invasão possessória e a uma nova fase de esbulho possessório que já observamos em algumas terras indígenas, de modo particular na Terra Indígena Karipuna, do povo karipuna, no Estado de Rondônia. Uma terra já devidamente legalizada, demarcada e registrada em nome da União está sendo objeto de invasão, loteamento, venda, comércio de lotes, apossamento ilegal, derrubada da floresta, estabelecimento de pastagem. Nesse caso, as denúncias têm sido feitas de forma recorrente.

O Ministério Público Federal já ingressou com uma ação na Justiça, pedindo a retirada dos invasores. Nós mesmos, junto com representação do povo indígena, estivemos pessoalmente com o Ministro da Justiça, o Dr. Torquato Jardim, e lhe entregamos a documentação sobre aquela situação. Mas até o momento não foi tomada nenhuma decisão e ação objetiva para cessar aquela situação de flagrante ilegalidade.



Isso nos preocupa muito porque, do ponto de vista da facticidade, os karipunas, um grupo pequeno de pessoas, de povo indígena, não tem como fazer qualquer tipo de enfrentamento; também, eles mesmos dizem que não é essa a intenção. Eles sofreram uma depopulação muito grande no processo de contato. É uma responsabilidade do Estado, portanto, constitucionalmente garantida, a proteção daquele território e dos demais territórios.

Estou citando aqui o caso desse povo, mas, mesmo no Estado de Rondônia, há várias outras terras indígenas passando por esse processo de consumação de fato, de apossamento ilegal.

Isso no preocupa muito, porque nós temos acompanhado no Congresso, especialmente aqui na Câmara, uma série de tentativas da bancada ruralista de mudar a legislação no que tange tanto ao direito à demarcação das terras quanto ao direito de usufruto dessas terras. E essa estratégia do fato consumado pode não ser nova, mas está em plena ocorrência; ou seja, consuma-se o fato para depois se tentar mudar a legislação, para legalizar e legitimar aquela posse.

O marco temporal nada mais é do que isto mesmo: posses ilegítimas, ilegais de terras tomadas dos povos antes de 1988 que agora os ruralistas tentam legalizar, legitimar, por diferentes mecanismos. Aqui na Câmara, esse tema está em questão na Proposta de Emenda à Constituição nº 215, de 2000, e no Projeto de Lei nº 490, de 2007. Ele também está em disputa no Supremo Tribunal Federal.

O Governo Temer adotou, digamos assim, de forma totalmente parcial, uma posição favorável aos ruralistas e, a partir de um acordo realizado com a bancada ruralista, editou o Parecer nº 001, de 2017, da Advocacia-Geral da União, aprovado pelo Presidente Temer e publicado no *Diário Oficial da União* em 20 de julho de 2017, que está vigente e produzindo efeito nos procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas. Os funcionários da FUNAI e de outros órgãos do Estado, da administração pública direta e indireta, estão sendo obrigados a usar como referência nos procedimentos de demarcação de terra não o art. 231 da Constituição, mas, sim, os termos, o teor, o conteúdo do Parecer nº 001. No seu conteúdo, dentre outras questões, há a obrigação de os técnicos usarem como referência de análise nos procedimentos de demarcação a chamada tese do marco temporal, que está em total contradição com as decisões do Supremo e, evidentemente,



em confronto direto com o texto constitucional. O Ministério Público Federal também já fez referência a isso por meio de uma nota técnica muito bem fundamentada.

Cito essas outras referências para dizer que nos preocupa bastante essa situação dos xavantes porque ela não é uma situação isolada. Ela está dentro de um contexto mais amplo de agressão e de ataque aos direitos dos povos indígenas do Brasil e, por que não dizer, de agressão e ataque aos direitos da grande maioria da população brasileira. Não podemos deixar de fazer referência a todas as mudanças que vêm acontecendo na contramão dos princípios da Constituição Cidadã e que têm causado uma série de iniciativas antipopulares. Apenas para fazer referência, cito a PEC que trata do teto de gastos para as despesas com a população em geral. Não é um teto de gastos de toda a despesa pública; é um teto de gastos com políticas públicas na área de saúde, educação, segurança, cultura, lazer e assim por diante. As despesas financeiras do Estado brasileiro não sofreram nenhum tipo de limitação. Ao contrário, estão cada vez mais elevadas. Mais de 50% de toda a despesa pública do Brasil estão sendo gastos com o sistema da dívida pública.

É evidente que isso interessa a um grupo muito minoritário, muito reduzido, muito privilegiado da sociedade brasileira e internacional, contra o qual setores dos movimentos sociais têm feito mobilizações bastante incisivas. Eu quero, aproveitando esta oportunidade de visibilidade, externar solidariedade aos sete militantes que estão em greve de fome há 14 dias contra a volta da fome no País, em defesa da soberania nacional, em defesa do princípio constitucional da presunção de inocência e do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, das ADCs 43 e 44, que já estão liberadas pelo Relator, mas que, por uma decisão política, não são colocadas em pauta. Evidentemente, eles também estão defendendo o direito de o ex-Presidente Lula ser candidato e concorrer às eleições, além de obter a sua liberdade.

Reiterando os agradecimentos à Comissão de Direitos Humanos, lembro que a marcha está chegando a Brasília. Reafirmo o meu apoio à demanda do xavante da terra indígena Marãiwatsédé. Espero que o Governo tome as providências para dar seguimento às obras desse trecho da rodovia BR-158 que contorna a terra indígena Marãiwatsédé, a fim de que o povo xavante tenha mais tranquilidade e possa planejar o seu futuro, a sua vida, sem essa preocupação permanente causada pelo trânsito externo, que causa e





certamente permanecerá causando muitos problemas se continuar existindo dentro da terra indígena Marãiwatsédé.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nilto Tatto. PT - SP) - Obrigado, Cleber.

Passo a palavra à Sra. Maria Janete de Carvalho, Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental da FUNAI.

**A SRA. MARIA JANETE DE CARVALHO** - Boa tarde a todos e a todas.

Quero agradecer o convite à Comissão de Direitos Humanos, na pessoa do Deputado Nilto Tatto, fazendo referência também ao Deputado Patrus Ananias.

Vale lembrar que este ano a Constituição Federal vai fazer 30 anos, e os arts. 231 e 232 devem ser celebrados e defendidos. A gente tem que comemorar que há dois artigos superimportantes na Constituição Federal.

No caso da FUNAI, em relação à BR-158, é importante reforçar o que o Cosme já disse a respeito do processo de licenciamento ambiental da BR-158. Ele teve início há mais de 10 anos, em 2004, no IBAMA. Um processo foi aberto em 2005 pela FUNAI. Concomitantemente à desintrusão, à extrusão dos não indígenas da terra indígena Marãiwatsédé, essa é uma das ações mais importantes que estão sendo realizadas, justamente porque uma rodovia ou outros grandes empreendimentos dentro de terras indígenas acabam expondo essas terras a uma vulnerabilidade maior em relação a empreendimentos que estão fora da terra indígena.

No caso de rodovias especificamente, é importante destacar que elas, como são vias de livre acesso, acabam expondo os povos e a terra indígena a outras vulnerabilidades que não existiriam se essas rodovias estivessem do lado de fora, incluindo incêndios, que todo ano ocorrem na terra indígena Marãiwatsédé. Um dos pontos de grande vulnerabilidade é justamente a existência dessa rodovia e da rodovia estadual que também corta aquela terra.

Eu fui informada de que este ano foi aniversário de 14 anos da reocupação da terra indígena Marãiwatsédé, o que precisa ser comemorado, porque essa terra foi devolvida ao xavante após toda uma luta intensa daquele povo para conseguir viver — não só sobreviver — de acordo com seus usos, costumes e tradições e de acordo com o que prega a Constituição Federal. A FUNAI — Fundação Nacional do Índio tem por missão a proteção e a promoção desses direitos.



Voltando ao tema da BR, um dos pontos cruciais em relação à desintrusão e à reocupação da terra indígena era justamente discutir os efeitos dessa rodovia dentro da terra indígena. Chegou-se à conclusão de que, sim, a melhor alternativa, tanto ambientalmente quanto socioculturalmente, do ponto de vista do componente indígena, era que essa rodovia, em vez de cruzar a terra indígena, passasse ao seu oeste ou ao seu leste. No caso, o traçado escolhido, após ser discutido amplamente, é o da alça que passa pelo lado leste. Chegou-se à conclusão de que essa seria a melhor alternativa para atender a todas as questões e interesses de uma forma mais tranquila. Inclusive, há uma parte da terra que ficou de fora dessa atual demarcação da terra indígena e que está sendo reivindicada por conter um cemitério, e o traçado que está sendo licenciado já levou isso em consideração, justamente para não haver novo impacto ao se retirar a rodovia de lá para colocá-la num lugar necessário para o término da constituição da territorialidade xavante a que esse povo tem direito desde sempre.

Estudos importantes foram feitos, e em 2017 a FUNAI se manifestou a respeito deles. A gente considerava os estudos adequados, sendo necessárias só algumas complementações. A rodovia faria a alça leste, o que traria até alguns benefícios para outros Municípios que não aqueles que estavam imediatamente fora das terras indígenas. Esses Prefeitos acabaram aderindo a essa proposta, porque isso iria trazer desenvolvimento econômico para seus Municípios.

A gente considerou que o licenciamento estava apto para ter continuidade. Infelizmente, houve alguns problemas. Somente em abril deste ano foi emitida a licença prévia. Dentro do licenciamento ambiental há três licenças para grandes empreendimentos: a licença prévia, que diz se o empreendimento é possível; a licença de instalação, que diz se ele pode ser construído; e a licença de operação, que diz o que pode ser utilizado. A licença prévia, que diz ser possível o empreendimento, foi emitida no dia 13 de abril deste ano.

**O SR. PRESIDENTE** (Nilto Tatto. PT - SP) - Só para eu entender, essa licença é para qual traçado?

**A SRA. MARIA JANETE DE CARVALHO** - Para o contorno leste. É esse que está sendo discutido.

**O SR. PRESIDENTE** (Nilto Tatto. PT - SP) - Por fora?





**A SRA. MARIA JANETE DE CARVALHO** - Por fora. Não existe processo de licenciamento para pavimentação do trecho dentro da terra indígena. O único trecho que nós estamos analisando e que está em discussão é o traçado leste. É importante deixar isto muito claro: não há processo de licenciamento para a rodovia que corta a terra indígena. Entretanto, em relação a ela, existem algumas ações que são necessárias até que o contorno leste esteja trafegável e operando.

Como eu estava falando, em 13 de abril de 2018 foi emitida a LP. No caso, além das condicionantes ambientais dadas pelo IBAMA, existem três condicionantes do componente indígena específicas da atuação da FUNAI junto à terra indígena. A primeira, que deveria ter início imediato, é em relação ao plano protetivo, que, embora já tenha sido tratado no passado como um adiantamento ou alguma coisa nesse sentido de ações, não é um adiantamento, mas um cumprimento de condicionante.

Nós pedimos também algumas explicações em relação ao estudo e demos prazo de 30 dias para recebê-las. Para fazer a próxima etapa do licenciamento, que é o detalhamento das medidas de mitigação e compensação, que habilitam o empreendimento a receber a licença de instalação, a obra propriamente dita, nós estamos esperando o plano de trabalho dessa equipe. Só então nós poderemos nos manifestar e o IBAMA poderá de fato emitir a licença de instalação, que vai sacramentar o início da construção do contorno leste.

Essas são as minhas informações iniciais. Nós temos tido algumas reuniões com as comunidades e com o próprio DNIT na busca do cumprimento dessas condicionantes.

Fico à disposição da Mesa para prestar qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Muitíssimo obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Nilto Tatto. PT - SP) - Obrigado, Maria Janete.

Pela ordem de inscritos, falaria agora o Sr. Everton, da Procuradoria da República do Município de Barra do Garças, mas seria melhor ouvirmos antes o DNIT, para reunirmos um conjunto de informações e depois fazermos o debate.

Concedo a palavra ao Sr. André Martins de Araújo, Diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT.

**O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO** - Boa tarde a todos.

Eu queria agradecer o convite ao Deputado Nilto Tatto e a todos os Parlamentares membros desta Comissão.



Na verdade, foi o Dr. Orlando quem preparou uma apresentação, porque ele está mais inteirado, mais ciente das discussões e mais próximo da FUNAI, dos indígenas, do povo xavante no Estado de Mato Grosso.

Aqui eu deixo alguns comentários em relação à fala da Dra. Janete. Ainda na semana passada, discutimos a questão desse trecho da BR-158 que passa por Mato Grosso na Comissão de Meio Ambiente. Havia uma reunião marcada com a Superintendência para tratar definitivamente desse tema da transposição via contorno leste da terra xavante.

Então, Deputado, eu vou passar a palavra ao Dr. Orlando para que ele faça a exposição. Depois retomamos a discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Nilto Tatto. PT - SP) - O.k.

Tem a palavra o Sr. Orlando Fanaia Machado, Superintendente Regional do DNIT no Estado de Mato Grosso.

**O SR. ORLANDO FANAIA MACHADO** - Primeiramente, boa tarde a todos.

Eu gostaria de parabenizar pela iniciativa a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, particularmente os Deputados Patrus Ananias e Nilto Tatto.

Queria cumprimentar o Sr. Cleber Buzatto, do Conselho Indigenista Missionário; a Janete, que está aqui representando o Presidente da FUNAI; os demais colegas da FUNAI de Brasília que se encontram aqui; o Alexandre, da FUNAI de Barra do Garças, Mato Grosso, que fica em Ribeirão Cascalheira; todas as lideranças indígenas, como o Cosme, que está aqui, e o Damião, que sempre participa das reuniões que temos feito junto com a FUNAI; e o Sr. Everton Aguiar, Procurador da República do Município de Barra do Garças. O Ministério Público Federal em Barra do Garças tem atuado muito junto ao DNIT, por meio do Dr. Everton. O Dr. Guilherme tem tratado com a gente de outros assuntos em relação à cidade de Barra do Garças e às obras que estão sendo feitas lá.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Nós temos uma apresentação a fazer. Para contextualizar, essa BR tem em torno de 800 quilômetros de extensão. Na parte leste de Mato Grosso, sentido norte-sul, ela começa na divisa com o Pará — o quilômetro 0 é lá — e vai até o quilômetro 803, já em Barra do Garças, na divisa com o Estado de Goiás.

O DNIT, quando começou essa obra, observou que metade da rodovia não era pavimentada, e aquela região tinha um crescimento agrícola muito forte em seu entorno, como nós vamos ver adiante.



Esta imagem mostra exatamente a região que fica dentro da área indígena, que tem 121,56 quilômetros de extensão. Essa seria a extensão da rodovia se esta fosse continuar dentro da terra indígena, o que não é o caso — as tratativas que foram feitas são no sentido de se fazer o contorno, como vamos mostrar adiante.

A obra vai ser dividida em duas partes. A primeira o DNIT realizou diretamente: já foram pavimentados, em três lotes, 201 quilômetros de extensão, da divisa até o quilômetro 201. O DNIT ainda deu uma distância da terra indígena. Imaginávamos que, quando fôssemos fazer o contorno, ele seria em torno do quilômetro 213, numa localidade chamada Posto Luizinho.

Esta imagem mostra os três lotes e informa quando foram terminados. Todos os lotes, tanto do norte quanto do sul, foram concluídos em 2014, com exceção do lote 1, porque tivemos problema com a empresa, que abandonou a obra. Esta foi recontratada depois e terminou em junho de 2017, com a empresa Destesa.

Este aqui é o segmento sul. Já havia um lote, o qual inclusive não foi executado, porque, por ocasião da obtenção da licença prévia junto ao IBAMA, foi informado que não seria permitido que a rodovia passasse dentro da terra indígena. Então, tomaram-se providências para que esses lotes que estavam dentro da terra indígena não fossem contratados e executados.

O lote 1 não foi executado. A parte sul da rodovia é um convênio com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística — SINFRA do Governo do Estado. Foi executado o trecho que vai do quilômetro 322 até o quilômetro 412. O lote 2 foi executado apenas parcialmente, pela empresa Rodocon. O lote 3 foi integralmente executado. Há mais um lote, o lote 4, cuja execução está sendo fechada.

Hoje, para se ter a rodovia completamente pavimentada dentro de Mato Grosso, falta exatamente essa parte localizada na região da terra indígena, onde será executado um contorno. Desde o momento em que isso foi solicitado pelo IBAMA e pela FUNAI, o DNIT tem trabalhado nesse contorno da terra indígena, tendo descontinuado o empreendimento que passaria por dentro dela. Em reunião inclusive com a FUNAI e com a Casa Civil, da qual a Dra. Janete à época participou, ficou definido que realmente seria buscada uma alternativa para se contornar a área indígena.

Esta imagem mostra a área de influência. Em relação à logística, essa é uma rodovia extremamente importante, não só por ligar região produtora, como também por ser



passagem. Podem ver à esquerda que a rodovia BR-242, cuja implantação e pavimentação o DNIT está querendo fazer, ligaria a BR-163, que fica a oeste, e também a outra rodovia norte-sul com a BR-158. O Mato Grosso praticamente não tem rodovia leste-oeste, a não ser a BR-364. Então, esse seria um importante ponto de ligação. O outro seria a BR-080, que iria da BR-158 até a Ferrovia Norte-Sul.

Ali vemos a área de influência desse Município, que tem 116.955 habitantes. É uma região que produz muito. Para se ter uma ideia, seu tráfico estimado é de 2.242 veículos. A produção de soja foi de 2,5 milhões de toneladas em 2017. O rebanho bovino é o maior de Mato Grosso, com 5,9 milhões de cabeça de gado.

Agora, vamos contextualizar o que foi feito. Esta imagem mostra a terra indígena e o traçado original da rodovia, que era por dentro. Por ali passam não só a BR-158 como também a BR-242, no sentido São Félix do Araguaia. As tratativas que foram feitas seriam para se construir um contorno a leste, um traçado que, apesar de ser consideravelmente maior — o traçado original tem 121 quilômetros, e o outro tem 195 quilômetros — e de ter características piores, como uma parte de serra, que requer um investimento muito maior, tem uma vantagem: atende a várias Municípios, como Bom Jesus do Araguaia, Serra Nova Dourada, Alto Boa Vista. Então, há um impacto social importantíssimo com essa mudança de traçado, o que é muito bom.

Isso também visa a atender o entendimento firmado nas negociações que foram feitas com os indígenas. Inclusive, já havia questionamentos: *"Não, na realidade os indígenas querem que a estrada passe por dentro da reserva"*. Inclusive, já havia questionamentos: *"Não, na realidade os indígenas querem que a estrada passe por dentro da reserva"*. Todas as vezes em que nós fomos chamados e os escutamos — o cacique Damião estava junto conosco —, a posição dos indígenas foi: *"Não, nós queremos que a estrada passe realmente por fora"*.

Hoje a situação é a seguinte: O DNIT, dentro da tratativa, tem um anteprojeto para o lote A que foi aceito. O órgão fez uma licitação em 2017, um RDC por contratação integrada. Ela foi homologada e já está adjudicada. Nós só não fizemos a contratação desse empreendimento ainda, desse lote A, porque foi apresentada uma representação ao Tribunal de Contas da União — uma das empresas que foi desclassificada solicitou a análise do TCU. Falta apenas isso para nós resolvermos a situação do lote A. É importante falar que, como se trata de um RDC por contratação integrada, a empresa vencedora



desenvolverá o projeto e, aí, iniciará as obras. Então, este ano realmente não tem como haver obra no lote A e muito menos no lote B. Para o lote B, na parte sul, que abrange os três Municípios de que nós tínhamos falado, há um anteprojeto aceito, e está ocorrendo a fase interna da licitação.

Então, as próximas etapas são, para o lote A, assinatura do contrato, elaboração dos projetos, análise e aceitação dos projetos e início das obras; para o lote B, análise do cálculo de risco, elaboração do edital e realização da licitação.

Os próximos eslaides apresentam um histórico do licenciamento ambiental. Na verdade eu não vou me delongar muito nisso, senhores. Fazendo um resumo, o que interessa é que, depois de todas as idas e vindas que houve, a FUNAI comunicou que aprovou o estudo do componente indígena. Após isso, houve a emissão da licença prévia em abril de 2018, como já relatado pela Dra. Janete. Aí, sim, foi declarado: *"Isso aqui é viável. Agora o DNIT realmente tem condições de dar continuidade a esse processo"*.

Nós fizemos reuniões em maio, aqui em Brasília, com a FUNAI e as lideranças indígenas. Participou dela também o representante da FUNAI de Ribeirão Cascalheira. A nossa preocupação agora é tratar desse plano emergencial ambiental indígena. Nós já fizemos algumas ações pequenas diante do tamanho do plano, que é bastante extenso, e realmente queremos partir para a contratação dele, para que nós possamos continuar o empreendimento.

É importante relatar que a manutenção desse segmento não pavimentado cria uma dificuldade tremenda para o DNIT. Primeiro, nós temos que percorrer uma grande distância para transportar cascalho em razão da impossibilidade de extrair materiais dentro da área indígena. Então, só o gasto com transporte para fazer o encascalhamento dentro da área indígena já é muito grande. Há ainda dificuldade de obtenção de madeira para a manutenção das pontes, risco de acidentes em função de poeira no período seco, possibilidade de ocorrência de atoleiros no período chuvoso devido ao tráfego de cargas pesadas.

Mostro esta foto só para ilustrar o que ocorre. Na realidade há trechos que ficam piores quando passa tráfego pesado.

A questão das pontes é algo problemático no segmento. Esta é a ponte sobre o Rio Preto. Quando isto aconteceu, em abril de 2017, o DNIT fez uma ponte branca, que é como chamamos uma ponte bem simples, que serve só para permitir o tráfego. Ela está à



esquerda, não aparece na foto. Depois o Exército instalou essa ponte metálica para dar trafegabilidade.

É importante relatar que, quando a BR-158 teve esse problema, todas as rodovias estaduais por que o tráfego começou a passar viraram um atoleiro, não se conseguia passar por nenhuma. Então, mesmo a rodovia sendo de terra, é primordial que nós mantenhamos o tráfego por ela até que realmente consigamos fazer o empreendimento a leste, como foi colocado.

Nós estamos trabalhando nesse plano indígena. Parece que os nossos interesses são convergentes. Também temos um interesse muito grande em iniciar e terminar essa obra, por tudo que foi relatado.

Outra coisa importante é que, anualmente, o que gastamos com a manutenção desse segmento de terra é o mesmo que gastamos com a rodovia BR-163, que tem o dobro de extensão. Acaba-se gastando muito mais para manter uma rodovia não pavimentada do que para manter uma pavimentada. Então, o nosso interesse é realmente dar continuidade ao empreendimento.

Essas eram as considerações iniciais que nós tínhamos para fazer.

Agradeço a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Patrus Ananias. PT - MG) - Antes de passar a palavra ao Sr. Everton Pereira Aguiar, que parece que vai ter um tempo também, eu quero dar boas-vindas, saudar todas as pessoas da plateia. Para evitar possíveis lapsos, não vou mencionar nenhum nome, mas estou vendo aqui amigos fraternos, pessoas queridas. Também quero saudar os integrantes da nossa Mesa.

Passo a palavra ao Sr. Everton Pereira Aguiar.

**O SR. EVERTON PEREIRA AGUIAR** - Obrigado, Exmo. Sr. Deputado Patrus Ananias, Presidente desta assentada. Agradeço-lhe e cumprimento todos os demais integrantes da Mesa na pessoa de V.Exa. Cumprimento também todos os presentes. Esta é uma excelente oportunidade para debatermos uma questão extremamente delicada que envolve a região nordeste do Estado do Mato Grosso.

Sobre o traçado, é necessário tecer algumas considerações, em que pese elas já terem sido pontuadas pelos outros expositores. A escolha do traçado se deu em razão de alguns fatores. Primeiro, o interior da terra indígena Marãiwatsédé ser cortado pela rodovia foi uma das causas, um dos catalizadores da sua ocupação por não indígenas, permitiu





que se instalassem lá novos posseiros, além de ter facilitado a prática de incêndios dentro da localidade, problema que acomete a região até hoje. Em diligência recentemente realizada nessa terra indígena pude passar por vastos trechos, inclusive pela BR-242, onde verifiquei vários focos de incêndio. A reserva sempre sofre ataques.

Quero destacar que o IBAMA fez uma parceria com o PREVFOGO no intuito de atenuar a questão e tem feito queimadas controladas no intuito de minorar os danos causados, mas a presença da BR-158 dentro da terra indígena é um elemento que facilita o fluxo de não indígenas e permite os danos.

Hoje, Marãiwatsédé é 70% área de gramas, de mato, de pastagem praticamente, não há mais animais e biodiversidade que permitam aos indígenas utilizarem disso para sua manutenção e caça, é um ponto também que tem que ser discutido no PBA — Plano Básico Ambiental, para minorar e compensar os danos causados a esta população, isso porque temos que lembrar e deixar claro que a BR-158 continua operando dentro da terra indígena até hoje, a presente data, este presente momento, e continua sendo causa de danos graves à terra indígena Marãiwatsédé.

No que tange ao debate sobre o traçado, já fica claro que é impossível que essa estrada passe por dentro. Sobre o contorno oeste, está se discutindo uma espécie de revisão em relação à possível presença de cemitério da comunidade Xavante. Então, ele foi descartado pelo grupo.

No contorno leste, houve uma convergência de todos os atores, os produtores rurais, a própria comunidade indígena, o DNIT, o IBAMA e a FUNAI, em relação à aplicação desse traçado. Ou seja, não há dúvidas quanto ao traçado ideal a ser executado, mas a experiência do PBA da TI Urubu Branco, que é uma terra indígena que está em vias de sofrer um processo de desintrusão, como em Marãiwatsédé, revela uma certa preocupação por parte do Ministério Público Federal, isso porque o plano básico dessa TI ainda não foi executado pelo DNIT, em que pese ele já ter na sua conta mais de 9 milhões de reais para a execução desse plano.

Inicialmente, pensou-se em um convênio com o Estado do Mato Grosso para a execução do plano. Isso restou frustrado, e os recursos foram devolvidos ao DNIT. Até o presente momento, este plano não foi executado. Isso é muito preocupante, porque, quanto às condicionantes da Licença Prévia nº 570, de 13 de abril de 2018, que foi emitida para a



execução do traçado leste da BR-158, até o momento não se tem notícia de que o DNIT tenha se desincumbido de cumpri-las.

Existe também a questão do Plano Básico Ambiental. Haverá as medidas mitigadoras, e também há essa preocupação. É uma oportunidade para deixar claro que tanto a recuperação ambiental quanto a composição dos danos são para garantir que essa comunidade tenha minimamente seus direitos recuperados em razão de todo esse transtorno por que passou por ter uma BR dentro da sua terra. Isso causando danos que somente uma vasta, complexa e multidisciplinar perícia poderia detectar.

É bom deixar bem claro que o Ministério Público Federal vai acompanhar o cumprimento de cada condicionante dessa licença e tomará todas as medidas necessárias para que elas sejam, de fato, atendidas por aqueles que devem cumpri-las, bem como pelo Plano Básico Ambiental, porque a experiência da TI Urubu Branco, lamentavelmente, não se mostrou satisfatória. Já estamos também verificando as medidas necessárias para que ele seja executado a contento.

Essas são as preocupações, porque, pelo menos no que tange ao traçado, todos os atores concordam que o traçado ideal é o traçado leste, aquele que passa por Bom Jesus do Araguaia, pela Serra Dourada e também pelo Alto da Boa Vista.

No que tange às condicionantes e às medidas mitigadoras, essa é a preocupação.

Se o DNIT tiver oportunidade, ele poderia responder ou esclarecer alguns pontos em relação a isso.

Agradeço ao Exmo. Sr. Presidente desta assentada pela oportunidade. Aos demais presentes, meu muito obrigado em nome do Ministério Público Federal. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Patrus Ananias. PT - MG) - Salvo melhor juízo, nós não temos mais inscritos.

Vou chamar para compor a nossa Mesa aqui o Dom Leonardo Steiner, Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB.

Quero anunciar também a presença entre nós do Paulo Maldos, do Conselho Federal de Psicologia. *(Pausa.)*

Sem mais delongas, vamos ouvir, com a atenção devida, o nosso querido Dom Leonardo Steiner.

**O SR. DOM LEONARDO STEINER** - Ao saudar o Presidente da nossa Mesa, saúdo todos e também os queridos irmãos xavantes.



Essa discussão sobre a BR-158 é uma discussão de muitos anos. Acho que aquela estrada já foi asfaltada umas três vezes ao menos. Dom Pedro Casaldáliga dizia que a estrada tinha sido a oportunidade de asfaltar a língua dos políticos do Mato Grosso. Finalmente, quando lá cheguei, em 1958, não havia asfalto. Depois fizeram o trecho de Ribeirão Cascalheira até Alô Brasil; depois fizeram os 20 quilômetros antes de Porto Alegre do Norte até Vila Rica; e depois fizeram até a divisa com o Pará.

Sempre ficou aquela discussão de não passar a estrada na terra xavante, onde hoje passa, e de haver um outro traçado. Esse traçado é interessante não apenas para a preservação da terra indígena, da cultura do povo que lá habita, mas especialmente para a integração dos Municípios.

Quando eu lá cheguei, ouvi falar dos Municípios por onde haveria de passar o novo traçado. São Municípios que se beneficiariam tremendamente com o asfalto, com o novo traçado: Bom Jesus, Serra Nova, Santo Antônio, que não foi mencionado aqui — naturalmente, o novo traçado não chegaria até Santo Antônio, mas ele se beneficiaria com isso —, Alto da Boa Vista e mesmo São Félix do Araguaia, que se beneficiaria, porque do asfalto até essa localidade seriam apenas 93 quilômetros, quando hoje são muitos quilômetros sem asfalto. Isso ajudaria na integração dos Municípios, beneficiaria a agricultura dos Municípios.

É claro que o novo traçado prevê um aumento de quilometragem. Mas eu creio que ele traz muito benefício não só para o povo indígena, mas para a região como um todo. Eu acho que precisaríamos olhar para isso também, não apenas olhar para o aspecto do traçado menor, que, no fundo, é a questão que muitas vezes se coloca, desrespeitando a presença dos irmãos indígenas, do povo xavante. Nunca se aborda a questão da integração dos Municípios da região, os quais lucrariam muito com o novo traçado. E nós teríamos também a preservação da natureza.

É um traçado interessante, que será, talvez, um pouco mais exigente em determinadas regiões devido ao tempo das chuvas, em que as águas estarão mais presentes. Mas eu creio que as comunidades da região seriam muito beneficiadas, além do benefício da preservação da terra indígena.

Nós sabemos que onde passam as estradas também passam grandes problemas, que afetariam, hoje, não sei quantas aldeias em Marãiwatsédé. Quando eu lá estava como Bispo, havia uma aldeia só, hoje são várias aldeias. São quantas aldeias? (*Pausa.*)



Seis aldeias já. Quer dizer, são seis aldeias que também seriam beneficiadas caso a estrada não passasse pelo traçado que existe hoje.

Eu creio que o Governo precisaria olhar para isso. É tão bom saber que nós temos uma audiência pública aqui na Câmara dos Deputados sobre esse assunto, porque é uma questão que vem sendo discutida, vem sendo, diria até, elaborada como um novo plano, mas nunca levada a efeito! Eu acho que os índios precisam ter a certeza de que o novo traçado será executado, mas que os Municípios de lá também precisariam ter a certeza de que esse novo traçado será executado. Se houver isso, lucra toda a região, lucram os Municípios e as pessoas, lucram os nossos irmãos xavantes, mas lucra também, eu digo, a natureza. Nós teríamos uma grande região muito bem preservada, a terra indígena Marãiwatsédé teria uma preservação.

Nós sabemos — eles podem testemunhar aqui —, pelo fato de lá passarem tantos veículos, quantas vezes se coloca fogo ao lado da estrada e quanta destruição tem sido causada com 6 meses de seca. Se o traçado não passasse por onde passa, a terra estaria muito mais protegida.

Eu fiz questão de vir participar deste momento por ter vivido essa realidade, por ter participado dessas discussões e ter ouvido, muitas vezes, a preocupação do povo xavante em relação ao traçado da estrada. Quantas reuniões nós fizemos, quantos debates, quantas reflexões! Eu acho que é o momento de também, a partir da Câmara dos Deputados, nós termos um reforço para que realmente esse novo traçado seja não apenas aprovado, mas executado. Acho que já chegou ao passo que se espera seja dado da parte do Estado.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Patrus Ananias. PT - MG) - Nós agradecemos a presença e a participação de Dom Leonardo, que bem conhece a região.

Dom Leonardo, sabemos também da sua agenda. Então, a sua presença aqui entre nós é gratificante.

Penso que agora podemos passar para os debates.

A minha assessoria está de acordo? Já temos pessoas inscritas aí? *(Pausa.)*

Então, feitas as exposições, a palavra agora está com as lideranças indígenas e demais pessoas aqui presentes. Só peço ao pessoal que oriente como ligar direitinho o



microfone. Peço também às pessoas que se apresentem dizendo o nome. A palavra está liberada.

**O SR. VANDERLEI TEMERITÉ XAVANTE** - Boa tarde. Eu sou o Vereador Vanderlei Temerité Xavante, do Município de Bom Jesus do Araguaia, Estado do Mato Grosso.

Quero agradecer à Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que me passou o convite para participar desta audiência pública.

É o seguinte, Deputado Patrus Ananias, a quem quero pedir o apoio principalmente: o estudo já está finalizado, a licença ambiental prévia também já está finalizando, mas o que acontece para ter o contorno para fora das terras indígenas Marãiwatsédé? O povo de Bom Jesus de Araguaia também quer o desvio para o Município. As cidades dos produtores rurais precisam se beneficiar e também os munícipes de Bom Jesus do Araguaia, de Serra Nova Dourada, de Alto Boa Vista até a saída pelo Posto Luisinho.

Até hoje não mandaram a resposta. O povo está aguardando, o povo está querendo a BR-158 com contorno ao leste. O povo de Marãiwatsédé não aceita que atravesse pelo território. O povo de Marãiwatsédé precisa de preservação cultural e da natureza.

Então, é isso, Sr. Deputado, que manifesta o Vereador Vanderlei Temerité Xavante. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Patrus Ananias. PT - MG) - Obrigado, Vereador Vanderlei Xavante.

Nós não temos mais inscritos. Se alguém quiser usar da palavra, será muito bem-vinda ou bem-vindo.

Tem a palavra o Sr. Paulo Maldos.

**O SR. PAULO MALDOS** - Boa tarde a todos e todas.

Acho que ficou suficientemente clara, pelas exposições aqui, a situação em que nós nos encontramos. Eu acompanhei esse processo, que, 4 anos atrás, e parecia que ia sair em poucos meses a estrada.

Então, acho que a grande questão é que compromisso podemos ter por parte do DNIT no sentido da execução da obra, que prazos, que compromissos podemos ter aqui, tanto para a tranquilidade dos indígenas que estão ali vivendo e anualmente, como neste período de seca, são agredidos com centenas de pequenos e grandes incêndios que chegam a tomar 80% da área, ou até mais, como também para a tranquilidade da população toda da região.



Esse tempo de exposição, de debate público, já chegou à população desses Municípios. E existe uma expectativa forte de essa estrada contornar a terra indígena e beneficiar esse conjunto de Municípios todos ali. Já existe a expectativa social, também da sociedade nacional, digamos, naqueles Municípios.

Então, acho que o que resta realmente, o que seria importante sair daqui hoje, são os compromissos que podemos ter, com certeza, em termos de cronograma de execução da obra, para que essa estrada finalmente saia do papel, saia do projeto — já existem todas as condições para ela sair — e possa ser viabilizada, e tranquilizar a comunidade xavante e a sociedade do entorno como um todo.

**O SR. PRESIDENTE** (Patrus Ananias. PT - MG) - Muito bem, Paulo.

O próximo inscrito é o Cacique Domingos Xavante, aqui à nossa frente.

**O SR. CACIQUE DOMINGOS XAVANTE** - Boa tarde, senhores e senhoras.

Quero falar dos meus direitos e da minha estratégia como cacique novo. Meu nome é Domingos Tsereõ´morâte Ho´awari.

Eu fiz esse mapa. Eu monitorei, eu fiz manifestação junto com o DNIT, junto com o IBAMA, junto com a FUNAI, junto com meu tio, com o Cacique Damião. Então, para mim, não pode agora cumprir no ano que vem. Este ano vamos a um evento junto com nossos parceiros, nossos amigos, o Senador, o Ministro, e outras pessoas.

Então, esse meu acesso, esse direito... Desenhar isso deu muito trabalho. É correto uma liderança nossa pedir este desvio do resto do trecho, de Alô Brasil, Bom Jesus, Serra Nova, Alto Boa Vista, Pontinópolis, até Luizinho, perto de Porto Alegre do Norte. Então, essa seria minha combinação no futuro. Nossos acordos, os direitos da comunidade não podem sofrer. Então, respeito à história.

E historicamente existe este acordo com a comunidade e estes jovens, como geração do futuro. Para mim é importante esta estratégia, respeitando a gente como seres humanos, igual a essas nossas grandes amigas — grandes conosco.

Era isso que queria manifestar com vocês presentes. Era isso que eu queria colocar.

Estou desenhando aqui para marcar. Eu já vi na filmagem o trabalho do DNIT, já escolhendo.

Então, essa seria a minha importante... E não esquece de cumprir mais com o Ministro: *"Ah não tem emergência! O Presidente está segurando o projeto, emergência das obras."* Então, não pode falar assim. Nós esperamos mais, não pode cumprir mais.





Então, assim encerro essa minha questão, esse meu trabalho. Eu sou facilitador entre a equipe e a Operação Amazônia Nativa.

Um grande abraço. Quero agradecer estar aqui hoje com vocês. É um dia de uma grande oportunidade.

Esse marãiwatsédé é para apresentar o nome do novo cacique, estratégia, experiência minha.

Essa é a colocação para a minha palavra. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Patrus Ananias. PT - MG) - Agradecemos ao Cacique Domingos.

Passamos a palavra ao Alexandre, da FUNAI, Coordenador em Ribeirão Cascalheira, e, depois, ao meu querido amigo e conterrâneo Marco Paulo. Em seguida, vamos voltar a palavra à Mesa novamente, quando cada expositor terá 3 minutos para esclarecer as questões que foram e estão sendo levantadas.

Então, tem a palavra o Alexandre.

**O SR. ALEXANDRE CRONER DE ABREU** - Boa tarde. Quero cumprimentar a Mesa por intermédio do Deputado e os presentes por intermédio da comunidade indígena que aqui se encontra.

Eu trabalho como Coordenador da FUNAI em Ribeirão Cascalheira, que trabalha junto com os índios xavantes e marãiwatsédés. Tudo o que foi dito aqui é um fato que ocorre lá: agressão à terra indígena; o mal que faz essa cicatriz, a BR-158, no meio da terra indígena. Às vezes as pessoas acham ruim chamarmos isso de cicatriz, mas é o que acontece.

Após a licença prévia, nós fizemos uma reunião para tratar da aplicação de um plano protetivo para essa comunidade, plano que daria a eles condições de eles mesmos fiscalizarem essa terra, evitando um pouco esses malefícios que a presença da estrada traz. Na demora dessa parte burocrática para fazer o contorno, como o DNIT deixou explicado, esse plano protetivo seria importantíssimo para diminuir os impactos na comunidade.

Esse plano protetivo conta com o deslocamento dos indígenas por dentro do território, sem usar a BR, e com a fiscalização da BR por eles próprios, para evitar queimadas, para evitar várias coisas. Esse plano foi criado por eles, dentro da aldeia marãiwatsédé, e eu acho que, na demora de pavimentação do desvio leste, esse plano protetivo seria bom.



Eu e a comunidade indígena gostaríamos de ouvir aqui o DNIT, o Orlando, com quem temos conversado sobre isso. Seria bom pactuarmos aqui uma data para que isso acontecesse.

Seria mais ou menos isso o que eu tinha a dizer, pois acho que já foi falado tudo que tinha para se comentar sobre a BR. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Patrus Ananias. PT - MG) - Passo agora a palavra ao Marco Paulo, da 6ª Câmara MPF, antropólogo.

**O SR. MARCO PAULO FROES SCHETTINO** - Ao tempo em que parabenizo o Deputado Patrus Ananias pela iniciativa e todos à mesa, eu tenho uma pergunta a fazer. Ficou claro, a partir tanto das intervenções dos membros da Mesa quanto das lideranças indígenas, que a permanência da BR-158 dentro da terra indígena está causando danos socioambientais ao longo do tempo. Então, a minha pergunta é para a FUNAI: a FUNAI tem a valoração dos danos causados pela permanência da estrada, a valoração anual desse dano, a valoração econômica desse dano? E gostaria de saber o que significa a mora, ao se tirar esse traçado de dentro da terra indígena, em termos econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Patrus Ananias. PT - MG) - Eu vou quebrar a sequência de oradores que havíamos anunciado, pois penso que é muito razoável passarmos, antes, a palavra à última inscrita, a Dra. Márcia, Procuradora da República, integrante do Ministério Público Federal, que conhece também a região, para que ela nos traga seu depoimento, seus questionamentos. Depois, retomaremos aqui com a Mesa.

**A SRA. MÁRCIA** - Obrigada pela palavra. Eu saúdo esta iniciativa da Câmara dos Deputados em propor este debate a respeito do traçado da BR-158, especialmente no trecho que corta a Terra Indígena Marãiwatsédé.

Eu gostaria de me somar às falas tão bem-postas pelos representantes xavantes que estão aqui, da urgência de o Estado efetivamente executar esse traçado leste da BR-158.

Só para lembrar, a cada dia em que a estrada continua sendo trafegada no interior da Terra Indígena Marãiwatsédé é um dia de violação de direitos dos povos xavantes; é um dia em que se perpetuam impactos à terra. Terra essa que, por conta da invasão, por conta do despojamento forçado do território por mais de 40 anos do povo indígena xavante de Marãiwatsédé, chegou a ser a terra indígena mais desmatada do Brasil. E há um esforço enorme do povo xavante para recuperar ambientalmente a sua área, para que dali possa extrair a sua subsistência, realizar as suas práticas, os seus rituais, que dependem



intrinsecamente de determinados recursos que deveriam estar presentes. Há um esforço grande em restabelecer esse estado de biodiversidade daquela área.

Então, o Estado também precisa se somar a esse esforço indígena, que é diário, constante, de monitoramento da área. A BR também é um vetor de constante pressão, de invasão, de ocupação, de queimadas a uma terra que tem um histórico ainda muito recente de sofrimento por conta dessa ocupação que houve no seu interior.

Então, eu apenas quero me somar a esse pedido, a essa exortação, para que o Estado de fato tire do papel esse traçado leste, que já é consenso. Toda a Mesa foi consensual a respeito da necessidade do novo traçado, que realmente será o traçado da BR-158. Mas vamos nos lembrar que a cada dia que o tráfego continua na BR, por dentro da terra indígena, é um dia de violação de direitos do povo xavante.

**O SR. PRESIDENTE** (Patrus Ananias. PT - MG) - Obrigado, Dra. Márcia.

Vamos voltar a palavra aos integrantes da nossa Mesa.

A nossa Assessoria indaga aos expositores se existem sugestões de encaminhamento. Havendo sugestões, elas podem ser encaminhadas para serem devidamente processadas pela Comissão e pela Câmara dos Deputados.

Eu proponho que sigamos a ordem da primeira exposição, começando com a liderança xavante, o Cosmo, depois o D. Leonardo e assim sucessivamente.

Chamo o nosso companheiro Cleber Buzatto para integrar novamente a nossa Mesa. Ele disse que fica mais à vontade de onde está.

Os senhores vão dispor de 3 minutos para fazer os esclarecimentos.

**O SR. COSMO** - Finalizando e fazendo as minhas considerações nesta oportunidade, quero agradecer esse convite para a gente levantar e cobrar. É isso o que a gente passa a cada dia. E que vocês assumam isso, para não ficar só no papel, e vejam a nossa prioridade também, porque a gente está lá, esquecido. As estradas federal e estadual se cruzam. Isso está sendo muito cruel para nós. A gente está muito vulnerável.

Quero deixar isso aqui registrado e peço que assumam esse compromisso.

Essa é nossa fala, a fala do meu povo, a fala do meu pai.

Eu considero isso.

Meu muito obrigado a todos vocês. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Patrus Ananias. PT - MG) - Obrigado, Cosmo.

Concedo a palavra ao D. Leonardo Steiner.



**O SR. DOM LEONARDO STEINER** - Eu não tenho muito a dizer. Eu não ouvi as primeiras exposições. Penso que, se está tudo estudado, avaliado e traçado, agora é preciso executar para a vantagem de todos.

Quanto sofrimento eu vi! De quanto sofrimento participei! E sofrimento não só do povo xavante, mas também das comunidades nossas que, no tempo da chuva, têm uma dificuldade enorme em transitar. Na primeira viagem que eu fiz pela região, nós saímos às 5 horas da manhã de ônibus para chegarmos a Ribeirão Cascalheira às 6 horas da tarde. Foi 1 dia de viagem. Era tempo de chuva, com atoleiros e tudo o mais. Quer dizer, essa região, que ainda não foi beneficiada, que estão chamando "traçado leste", ainda tem muita dificuldade. Por que não beneficiar essas comunidades? Por que o Estado brasileiro não se preocupa com essas comunidades do interior e com toda essa questão que envolve o povo xavante? O traçado da BR-158 por dentro da terra indígena é um problema muito sério, é um problema grave que agride não apenas o direito, mas também a dignidade deles. Eles não têm liberdade de trânsito do modo como se faz; transita-se dentro da terra indígena.

Então, acho que é chegado o momento de decisão, de execução. Há quantos anos que se discute, que se faz! O Estado do Mato Grosso mesmo prometeu, dois Governos já prometeram interligar todos os Municípios por asfalto, coisa que não tem acontecido justamente na região do Araguaia. Se tantos Municípios estão para ser beneficiados, por que o Estado não se volta e executa esse plano que já está estudado também dentro do novo traçado?

**O SR. PRESIDENTE** (Patrus Ananias. PT - MG) - Obrigado, D. Leonardo.

Passo a palavra agora ao representante do Conselho Indigenista e Missionários — CIMI, o nosso companheiro Cleber Buzatto.

**O SR. CLEBER BUZATTO** - Obrigado, Deputado.

Sobre este tema, estou entendendo que há acordo de todas as partes que estão aqui representadas no que tange à execução da obra. Porém há uma pendência em termos de prazos, porque há uma expectativa manifesta pelo Xavante de que isso se dê de forma imediata. Há referência de que as obras podem ser iniciadas ainda este ano, mas, pelo que o Sr. Orlando apresentou, essa possibilidade, do ponto de vista do DNIT, ainda não está aposta. Acho que seria importante termos uma posição mais definida de quando se vai dar início a essas obras para que isso também não se estenda mais, como já tem sido falado.



Quero aproveitar apenas para comentar que tratei na minha fala das situações que envolvem invasão possessória, esbulho possessório em outras regiões, de modo particular no Estado de Rondônia. Quero propor à Comissão de Direitos Humanos que encaminhe uma recomendação ao Ministério da Justiça no sentido de que se tomem providências acerca desses fatos, de modo particular das invasões que vêm ocorrendo em terras no Estado de Rondônia, especialmente no caso do povo karipuna, do povo uru-eu-wau-wau, dentre outros. Isso já é de ciência do Governo, de modo particular do Ministério da Justiça. Então, que eles tomem providências imediatas no sentido de cessar essas práticas ilegais, ilegítimas e atentatórias contra a Constituição e contra a vida dos indígenas daquela região. Isso é importante.

Os karipunas são um grupo bastante reduzido. Há ali um risco iminente de genocídio contra esse povo, se não for tomada uma providência urgente por parte do Estado brasileiro no sentido de fazer cessar o processo agudo de invasão possessória, de tomada de posse e de exploração do território daqueles povos lá de Rondônia.

Ressalto e reitero o apoio do CIMI a essa manifestação dos xavantes em relação à implementação desse projeto da BR-158, o traçado leste que contorna a Terra Indígena Marãiwatsédé.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Patrus Ananias. PT - MG) - Agradecemos também ao Sr. Cleber.

Passamos agora a palavra à Sra. Maria Janete de Carvalho, Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental da FUNAI.

**A SRA. MARIA JANETE DE CARVALHO** - Também quero agradecer.

Há uma pergunta que o Marco Paulo fez em relação à valoração dos danos da estrada, tanto da permanência quanto da mora, da continuidade da utilização. Realmente não fizemos esse cálculo da valoração. O processo de licenciamento é do traçado fora da terra indígena. Há um problema não só no caso dessa rodovia, mas também no da maioria das rodovias amazônicas, se não todas, em relação à implementação delas, porque foram feitas há muito tempo, não havia nem legislação ambiental. E vê-se claramente, quando elas cortam terra indígena, que não foi feita consulta, não foi feito nenhum procedimento, até porque não havia legislação, e que há um dano que podemos considerar quase irreparável, se não irreparável, a boa parte dessas populações. Houve um genocídio de



população enorme. Basta pegar como exemplo o caso da BR-230, com os tenharins, no sul do Amazonas; o da BR-174, com os waimiri-atroaris; dentre outras rodovias, incluindo a BR-158, todas as rodovias que cortam terra indígena, a BR-226, com os guajajaras, no Maranhão. Eu poderia citar aqui outras tantas rodovias que cortam terra indígena e trazem de fato um dano permanente.

A valoração do dano é uma questão até complexa. É preciso toda uma metodologia específica, e temos estudado na FUNAI como podemos lidar com essa questão da valoração. Algumas ações do Ministério Público — no caso da BR-230, com os tenharins, e da BR-174, com os waimiri-atroaris — têm trazido a questão da compensação financeira pelos danos, mas sem um grande estudo de valoração para saber o que isso de fato significou.

Então, a FUNAI não tem desenvolvido ainda nenhum estudo de valoração dessa questão, mas é uma questão que sempre está em pauta no nosso *background*, vamos dizer assim, em relação a esses danos permanentes. A princípio esses processos não foram passíveis nem de estudo do licenciamento, porque o licenciamento nesse caso foi da estrada fora da terra indígena — a saída seria a retirada dela. Não foi feito um estudo específico em relação ao dano pela existência da BR-158, apesar de aparecerem os impactos da permanência dela, sem a valoração.

Anotei aqui também essa questão, porque temos tratado dela, ou tentado tratar, dentro da FUNAI e tem aparecido muito recorrentemente. O licenciamento especificamente trata muito mais da questão de impacto e medida, e a história da valoração é ligada a outro estudo, diferente dos estudos de impacto, apesar de eles usarem parte da metodologia. Mas a questão de valoração de impacto sociocultural é algo ainda não muito estudado. E algumas metodologias ainda carecem, talvez, de um pouco mais de estudos, de mais maturidade. Porém temos enfrentado essa questão. Não há nenhum estudo de valoração, e sabemos que o dano é praticamente irreparável em termos de ação.

Só para completar o assunto e pensando já nos encaminhamentos, uma das ações para diminuir os problemas da continuidade da rodovia foi justamente o plano protetivo. Já que a rodovia tem que continuar a existir até que seja construída a alça leste, é preciso uma ação imediata e urgente para proteger aquela terra, porque ela está completamente desguarnecida. Há a rodovia, o livre acesso, e ela está desguarnecida. Nesse caso, uma das ações que fizemos, pensando nessa continuidade do impacto — porque o impacto é





permanente e contínuo, é praticamente irreversível —, foi o plano protetivo, antes de qualquer outra coisa, tanto que ela sai como uma condicionante específica, fora inclusive do PBA que ainda vai ser construído. Então é uma ação urgente.

Em termos de encaminhamento, até mantendo a coerência da manifestação da FUNAI e da licença emitida em abril, ainda que não haja as obras propriamente ditas do contorno leste, é preciso que sejam feitas este ano ainda as ações das condicionantes, o plano protetivo, a apresentação da equipe, para começar a detalhar os programas de mitigação e compensação, que vão habilitar o DNIT para a licença de instalação. Isso dentro do processo de licenciamento.

Aqui fica a nossa sugestão, a nossa solicitação de encaminhamento: que as condicionantes sejam cumpridas este ano ainda!

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Patrus Ananias. PT - MG) - Nós agradecemos à Sra. Maria Janete.

Passo a palavra ao Dr. Everton Pereira Aguiar, Procurador da República no Município de Barra do Garças.

**O SR. EVERTON PEREIRA AGUIAR** - Obrigado, Excelência.

Sobre a questão dos custos e, como bem apontou a Dra. Márcia, dos danos permanentes, como os que hoje estão sendo praticados pelo tráfego na BR-158, ela tem que ser pensada primeiro ambientalmente. Por exemplo, a perda da biota, das espécies vivas que existiam no local, a perda da vegetação, das florestas, os desmatamentos. Como calcular esse custo? O custo já é absurdo. Só para se ter uma ideia, o Ministério Público Federal está pedindo, em ação contra um dos posseiros, mais de 100 milhões. Há centenas deles.

Agora vamos pensar nos custos sociais, com os conflitos, atropelamentos. Isso movimenta também a máquina e o sistema de saúde. Há custos. Quando há um dano à pessoa ou um ilícito civil, tem-se que apurar isso. Também há custos, com inquérito policial, procedimentos de investigação, Justiça Federal. Hoje a BR é muito mais cara que o traçado, porque há cifras que não são computadas. Como bem colocado aqui pela FUNAI, pela Janete, o dano é irreparável. Como calcular a perda do bem cultural imaterial dessa comunidade?



Então, são vários os vetores e fatores que precisam ser pontuados para se calcular esse dano. Como eu falei na primeira fala, seria preciso uma equipe multidisciplinar altamente qualificada para calcular esse dano, que é impagável.

A questão do encaminhamento tem que se deixar clara aqui. A licença prévia é clara no seu item 2.9.1, que trata de: *"Implantar medidas de proteção, manutenção e segurança no trecho da BR-158 que intercepta a Terra Indígena Marãiwatsédé, enquanto seu tráfego não puder ser desviado para o contorno leste da rodovia"*. É uma medida fixada, uma condicionante na Licença Prévia nº 570, de 2018, que, como bem pontuado pelo Alexandre, da FUNAI em Ribeirão Cascalheira, se aguarda, para ontem, que o DNIT cumpra.

Então, vamos acompanhar a implementação dessa medida, e das outras também do item 2.9. Mas já fica como encaminhamento o cumprimento das condicionantes da Licença Prévia nº 570, 2018, para termos essa solução e começarmos pelo menos a garantir a segurança desses indígenas, que correm risco ao trafegarem na BR com caminhões passando o tempo inteiro.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Patrus Ananias. PT - MG) - Obrigado, Dr. Everton.

Passo a palavra ao Dr. André Martins de Araújo, Diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT.

**O SR. ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO** - Algumas considerações nos foram feitas, ao DNIT, sobre a TI Urubu Branco. O processo está em fase de licitação, doutor. As propostas já foram entregues e estão sendo analisadas no DNIT, na Superintendência de Mato Grosso. Então em breve nós teremos o início do cumprimento dessas condicionantes. A lei, o senhor sabe muito bem, obriga-nos a fazermos uma licitação antes de iniciar qualquer execução contratual.

Está em discussão hoje na TI, na Marãiwatsédé, na terra dos xavantes, um Plano Básico Ambiental — PBA emergencial. Peço aos indígenas que me corrijam se eu estiver equivocado, Dr. Orlando. A comunidade indígena fez outras considerações e solicitações que estão sendo complementadas e discutidas junto ao DNIT, para que consigamos fechar definitivamente isso e dar a ordem de início. A Dra. Janete falou no cumprimento do PBA que já foi aprovado na Licença Prévia — LP. Há a discussão de implementar mais 90 quilômetros de rodovias internas para ligar mais duas aldeias, o que foi solicitado pelos indígenas, há a questão do prazo de manutenção da rodovia existente e há a questão da



quantidade de indígenas que participariam do curso na comunidade, para fecharmos esse orçamento como um todo, novamente abrirmos um processo licitatório e conseguirmos executar essas condicionantes.

Todos sabemos que há uma questão orçamentária que envolve o País. Com a BR-158 não é diferente. Em vários empreendimentos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, temos uma limitação, mas temos condições de fazer planejamentos para que consigamos realmente iniciar esses processos tão desejados pela comunidade. Devemos dar a pavimentação da própria rodovia, seja no Lote A, seja no Lote B. No Lote A, especificamente, nós temos um entrave junto ao Tribunal de Contas da União. Então, é impossível o DNIT se comprometer com qualquer prazo, porque foge de sua governança.

Em relação ao Lote B, estão sendo estudadas todas as solicitações, para que consigamos fechar a fase interna de estudo, de traçado, de levantamentos, de execução, de fechamento do orçamento preliminar, do anteprojeto e da licitação da via que vai ser integrada, se for o caso e assim o Tribunal de Contas permitir.

Feita essa fase, abrimos a licitação, é elaborado um projeto executivo que não demora menos de 1 ano — é bom que se deixe claro isso. Por isso, de acordo com a fala do Dr. Orlando, é impossível haver obra este ano. Nós temos prazo a cumprir e um deles é a elaboração do projeto executivo.

O DNIT sempre está à disposição para discutir as questões indígenas no Mato Grosso, em Rondônia, no Amapá, em Roraima, no Pará. Também sempre nos colocamos à disposição para atender às reuniões para que formos convidados.

Em relação aos encaminhamentos, eu vou verificar junto à Coordenação de Meio Ambiente, com a Dra. Ângela, o que seria especificamente, Dra. Janete, as medidas protetivas, para ver se conseguimos iniciar ainda este ano, se é necessária uma licitação ou se é algo que conseguimos fazer talvez dentro de algum contrato que nós tenhamos. Dos encaminhamentos que nos foram postos, eu acho que essa é uma resposta que o DNIT pode apresentar no momento. Eu preciso realmente estudar quais seriam essas medidas protetivas para dar uma resposta mais definitiva.

Agradeço pelo convite e coloco o DNIT sempre à disposição para discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Patrus Ananias. PT - MG) - Obrigado, Dr. André.



Concedo a palavra ao Sr. Orlando Fanaia Machado, Superintendente Regional do DNIT no Estado de Mato Grosso.

**O SR. ORLANDO FANAIA MACHADO** - Complementando o que o Dr. André falou, eu queria dizer que fizemos uma reunião com a tentativa de colocar muita coisa dentro do contrato de conserva existente ali. Na verdade, nós conseguimos evoluir muito pouco devido à questão de restrições orçamentárias que nós estamos tendo no ano. Neste ano, apesar de termos feito muitas realizações na Superintendência do DNIT, na parte de conservação rodoviária, de verba e de orçamento, nós estamos praticamente zerados, tentando junto ao Ministério dinheiro para conseguir tapar buraco no final do ano. Nós temos condições, neste período de seca, de manter as rodovias. Em Mato Grosso e em outros Estados do Brasil, Deputado, se não for feita uma complementação orçamentária pesada, nós vamos ter problemas durante o período chuvoso em todo o Estado.

Dentro do plano protetivo, nós chegamos a fazer algumas ações que realmente não atenderam, mas estamos fazendo esse levantamento com o engenheiro Oto, da unidade local, juntamente com o nosso supervisor de meio ambiente de Mato Grosso, Fábio Müller. Pegamos material também com Alexandre, que mandou a questão de barracões, etc. e tal. Temos que fechar algumas coisas ainda com a FUNAI antes de irmos para uma licitação.

É importante colocar, mais uma vez, gostaria de deixar isso registrado, que quem tem maior interesse de tirar a rodovia dali hoje é o DNIT. A questão da manutenção nossa ali é crítica, tem um custo muito pesado, não está atendendo ao tráfico pesado que tem hoje ali. Quando se está na época de seca, é poeira para tudo quanto é lado, quando se está na época de chuva, é uma dificuldade para manter a trafegabilidade. Já vimos que essa rodovia trava, como aconteceu em abril de 2017, em que não chovia tanto assim. Tentaram transitar pelas rodovias estaduais, mas elas ficaram intrafegáveis. Tivemos que rapidamente construir pontes. Fui ao local em que estávamos fazendo a implantação das pontes e não deu tempo nem de chamar bate-estaca. Pegamos o maquinário que lá havia e começamos a cravar com a própria escavadeira, que é uma máquina muito pesada, e liberamos aquilo ali.

Então, a mensagem que eu queria passar para os indígenas é a seguinte: trabalhamos sempre de acordo com o que foi determinado pela lei, pelo licenciamento ambiental do IBAMA e pela FUNAI, de realmente trabalhar no contorno, e estamos trabalhando nisso aí. Dependemos do Tribunal de Contas da União, que está fazendo uma



análise no Lote A. No Lote B, nós já temos um anteprojeto aprovado. O risco foi aprovado agora. Nós já devemos sair com a licitação do Lote B provavelmente até meados de outubro.

**O SR. PRESIDENTE** (Patrus Ananias. PT - MG) - Obrigado, Dr. Orlando.

Eu quero registrar com muita alegria a presença entre nós aqui do ex-Deputado Pedro Wilson, que inclusive presidiu esta Comissão. O retrato dele está ali, testemunhando a sua presença e a sua passagem aqui entre nós. Quero dar-lhe as boas-vindas.

Seja bem-vindo, Pedro Wilson, combatente permanente das boas causas, dos direitos humanos, da justiça social, do bem comum.

Chegou também à Mesa solicitação do Sr. Estevão para falar também. Como nós não estamos muito acossados pelo tempo, embora a Mesa já tenha se pronunciado, eu concedo a palavra, sim, com muito prazer, com muito respeito.

**O SR. ESTEVÃO** - *(Manifestação em língua indígena.)*

**O SR. COSMO** - Muito boa tarde aos representantes do DNIT e da Mesa. Vou traduzir a fala dele para principalmente os representantes do DNIT neste momento.

A sua explanação de todo o processo que você está analisando eu não gostei de ouvir. Eu não vim aqui para ouvir esse processo, que está sempre em discussão. Eu vim aqui para ouvir uma solução que resolva o bem viver, o bem-estar para o meu povo. A gente viveu sem recurso. Mesmo assim, estamos realizando nosso ritual. Se vocês não assumirem a nossa vinda de cobrança, nós vamos assumir a nossa ação também. Terminando o nosso ritual, nós vamos queimar a ponte. Para nós indígenas, o burocrático é outra coisa. Para nós indígenas, é resolver de imediato, não é esperar muito tempo só com discurso, sem colocar na prática. Então, a minha fala seria isso. Estão fazendo o vizinho, está sendo asfaltado, estão deixando o cascalho para asfaltar. O que isso significa? E para nós? O que nós vamos levar daqui? Eu vou levar uma novidade boa para o meu povo, só conversa eles não aceitam mais.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Patrus Ananias. PT - MG) - Bom, não há mais pessoas inscritas. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Sr. Cleber Buzatto.

**O SR. CLEBER BUZATTO** - Deputado Patrus Ananias, apenas uma dúvida em relação ao que o representante do DNIT falou sobre um problema quanto ao Lote A com o



Tribunal de Contas. Poderia explicitar do que se trata, mais especificamente, que tipo de problema e que tipo de solução são necessários para o problema? Porque, do jeito que foi falado, pelo que eu entendi, esse problema está inviabilizando as obras nesse trecho.

**O SR. ORLANDO FANAIA MACHADO** - Na verdade, ocorre o seguinte: o DNIT lançou essa licitação, que é RDC — contratação integrada. Uma empresa foi desclassificada. Ela entrou na Justiça. Ela não ganhou o mandado de segurança, ainda não foi julgado o mérito. E, concomitantemente, eles entraram com uma representação no Tribunal de Contas da União. O Tribunal de Contas da União solicitou que não se fizesse qualquer movimento de contratação enquanto não fosse feita essa análise. E essa análise está sendo feita dentro do Tribunal de Contas da União, sobre a questão da desclassificação dessa empresa, que foi retirada do certame. Chamamos a segunda colocada. Então, seria isso aí.

É importante relatar também o seguinte: temos que ter a licença de instalação do IBAMA para podermos começar, e nós não a temos ainda. Então, é preciso essa licença de instalação e fechar isso aí. Então, o que acontece? Quando fecharmos essa licitação, será desenvolvido o projeto. Hoje, com é RDC — contratação integrada, um anteprojeto foi aprovado e licitado. Então, a empresa vencedora vai fazer o projeto executivo e irá realizar as obras no segmento.

**O SR. PRESIDENTE** (Patrus Ananias. PT - MG) - Obrigado.

Com a palavra o nosso companheiro e Ex-Deputado Pedro Wilson, voltando à sua Casa.

**O SR. PEDRO WILSON** - Boa tarde a todos e a todas. Uma coisa que aprendemos do século XIX para o século XX e agora século XXI é tratar as mulheres como iguais e não subordinadas. E fica a nossa indignação diante do aumento do feminicídio no Brasil.

Sr. Presidente, ilustre Deputado Patrus Ananias, das nossas Minas Gerais, lá em Goiás falamos que quem não é mineiro é filho de mineiro, mas também de nordestino, sulista. Nesta hora em que o Papa Francisco alerto o mundo, principalmente, a Europa opulenta, os Estados Unidos, a tratarem bem os imigrantes, que acabam morrendo no Mediterrâneo, foi mostrada aquela foto daquela criança toda bem vestidinha morta na praia. E fica na minha memória o nosso ruim exemplo de humanidade.

Mas eu agradeço esta acolhida aqui, a luta do CIMI. Lembro que eu sou da coordenação do Comitê Goiano de Direitos Humanos D. Tomás Balduino. Em sua partida,





D. Tomás Balduino falou: *"Não precisam colocar meu nome, mas continuem a luta dos direitos humanos"*.

Sr. Presidente, uma luta recorrente é a questão indígena. Recorrente, porque nós temos uma emenda constitucional nesta Casa que retira a questão de estudiosos sobre a área indígena para colocá-la na mão de pessoas que certamente vão fazer os estudos que querem, os latifundiários, os grandes fazendeiros.

Como que se fala qual é a área? Quando eu estava aqui, nós estávamos fazendo um estudo. Eu encontrei um grupo de índios kaingang, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e eles estavam lutando para serem reconhecidos como etnia. Veja bem, é como lutar para reconhecerem que se é brasileiro, reconhecerem que se é do Sul, do Norte, do Centro-Oeste.

Então, eu quero saudar esta Comissão. Dei uma entrevista à *TV Câmara* sobre as nossas lutas, com o Deputado Nilmário e tantos outros que estão na foto. E há outros que nem apareceram na foto. Não é o mandato que nos faz fazer o compromisso. O mandato é um instrumento. O nosso compromisso é a nossa crença em Deus e a luta por um mundo que Jesus anunciou há 2 mil anos, mas nós teimamos em não seguir. Aliás, seguir só na televisão. Há tanta salvação na televisão hoje no Brasil que podemos até dormir, porque somos salvos assim mesmo, desde que paguemos o dízimo pelo cartão.

E aqui nós recebemos muito os xavantes, que já moraram em Goiás, foram expulsos para o Mato Grosso.

Então, eu agradeço essa abertura. Estamos na luta pelos direitos humanos no Brasil, pela questão política, pela questão econômica.

Um autor que eu recomendo, Arare, disse que nós temos dois caminhos no mundo: o caminho da solidariedade, da cooperação, de uma sociedade mais justa e mais fraterna, e um caminho da expropriação, da violência, seja que tinta ou letra se coloque.

Renovo o meu agradecimento. E fica a luta. Lembro o nosso militante Presidente, Adão Preto, branquinho, mas Adão Preto. Saúdo os xavantes, esta Comissão, a Presidência de V.Exa., a Presidência da CNBB, que também foi muito parceira aqui na luta. Como cristãos, nós temos que lutar pelos direitos indígenas, que são os direitos primários do Brasil. Eles são antecedentes à nossa presença aqui nesta Terra de Santa Cruz, de Vera Cruz.



Saúdo o pessoal do DNIT. Uma das questões básicas é essa de estrada, que vai ajudar o Brasil, mas vai destruir parte do Brasil. Como fazer? Esse é o diálogo, o reconhecimento dos direitos, para que todos possam ter os seus direitos. Isso é possível, desde que concordemos com a pluralidade de interesse e a resolução via diálogo e não da destruição. Ano passado, por exemplo, houve uma grande queimada que destruiu a Chapada dos Veadeiros, que é uma Chapada do Cerrado. E, agora, este ano, o Governo Federal e o Governo Estadual estão vendendo áreas para fazendeiros. E a Constituição e a primeira resolução eram no sentido de indenizá-los, e a terra continuar uníssona em favor do povo kalunga.

Parabéns, Deputado Patrus Ananias, que insiste. O seu mandato nos anima em Goiás, em Minas Gerais, no Brasil, a ter uma Pátria que respeita a democracia.

Deixo o reconhecimento ao povo xavante, um dos povos que tem mais lutado pela grandeza da nação indígena brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Patrus Ananias. PT - MG) - Muito obrigado, companheiro fraterno, amigo Pedro Wilson, que tanto honrou esta Câmara dos Deputados, esta Comissão. Agradeço a contribuição e também as palavras generosas a meu respeito.

Eu penso que esta audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados para debater o novo traçado da BR-158 no Estado de Mato Grosso cumpriu bem os seus objetivos.

Eu quero agradecer muito a presença aos xavantes, às lideranças militantes indígenas, às pessoas que integraram a nossa Mesa e às que estiveram conosco na plateia.

Nós temos que reconhecer os limites do Poder Legislativo: ele não realiza obras. Nós apresentamos projetos, promovemos debates, discussões, fiscalizamos, na medida do possível, o Executivo, pressionamos, pelas vias legais, democráticas, para que as exigências do bem comum e do bem viver sejam efetivamente promovidas e respeitadas.

Dentro desse marco, dentro dos objetivos, dos limites inclusive do Poder Legislativo, penso que este encontro foi produtivo. Como signatário do requerimento que originou esta audiência, junto com o Deputado Nilto Tatto, vamos continuar esse trabalho. Vamos continuar pressionando, mantendo os diálogos com as entidades, com as comunidades e os povos indígenas, especialmente, no caso, com o povo xavante, para que possamos cumprir os nossos objetivos maiores.



Eu penso que dois aspectos foram colocados aqui hoje. Se bem entendi, vamos trabalhar em torno deles, incorporando a inquietação e a indignação do nosso comandante Estevão. Primeiro, a importância da estrada, porque ouvi aqui, pelo conhecimento que tem da região, o esplêndido depoimento de D. Leonardo, que me encantou também pela memória — conhecia aqueles Municípios todos de cor! Eu fiquei com inveja — a santa inveja. Isso mostra o conhecimento e o amor que ele tem pela região.

Ficou claro que a estrada é importante para promover o desenvolvimento regional, para promover o desenvolvimento da agricultura das comunidades e Municípios daquela região e para integrá-la a um projeto nacional. Eu penso que este é um aspecto importante.

Outro aspecto que ficou muito claro também é que a estrada não pode passar nos territórios indígenas. Há que se obedecer ao novo marco. Além de obedecer às exigências relacionadas com o plano protetor, com a questão ambiental — preservação das águas, ecossistemas, biodiversidade —, é fundamental preservar também a cultura e a integridade do povo indígena, do povo xavante, que habita aquele território — e parece que outros também, pelo que pude ouvir aqui hoje.

Então, seriam estes dois grandes marcos: preservar efetivamente o território indígena, a sua integridade, a questão ambiental, a possibilidade de que se possam manter as suas tradições, a sua cultura rigorosamente preservadas; e, ao mesmo tempo, buscar a construção da estrada para promover o desenvolvimento da região, mas com um traçado que não perpassasse o território. Parece-me que essas são as duas grandes linhas da nossa reflexão hoje aqui. Em torno delas, nós vamos continuar o nosso trabalho junto às entidades, ao DNIT.

Eu me sinto também, respeitando muito as pessoas que pensam de forma diferente — nós temos que preservar no Brasil a democracia, o respeito às pessoas que pensam e vivem de forma diferente —, mais do que no direito, no dever de dar um depoimento, inclusive em função dos depoimentos que ouvimos aqui, especialmente das lideranças xavantes, das lideranças indígenas.

A leitura que nós fazemos é que nós estamos vivendo hoje no Brasil um tempo de retrocessos no que diz respeito aos pobres, à legislação. Nós temos a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, a chamada Emenda do Teto, que nós chamamos de "Emenda da Morte, do Emenda do Desmonte". Ela congela o Brasil, um país com as nossas potencialidades, com a nossa diversidade cultural, por 20 anos. São 20 anos praticamente



sem investimentos em educação, saúde, segurança alimentar, segurança pública, assistência social, sem recursos para apoiar as comunidades e os povos indígenas, quilombolas, a agricultura familiar. São 20 anos também congelando recursos em infraestrutura, em construção de estradas, de pontes. É um negócio... Se nós tivermos a melhor das situações, teremos o pior para o povo brasileiro. Se nós tivermos, Paulo, um crescimento de 10%, o PIB expandindo, inflação zero, não teremos investimento nenhum, porque os investimentos estão condicionados à inflação do ano anterior, ao INPC do ano anterior, unicamente. Não trabalha com outras variáveis. Então, é um quadro...

Ao mesmo tempo, a reforma trabalhista, que, na minha leitura de militante, de professor de Direito do Trabalho durante muitos anos, não é reforma, é o fim do Direito do Trabalho no Brasil, porque começa a desvincular o Direito do Trabalho da Constituição, do ordenamento jurídico.

Eu citei muitas vezes a frase de um religioso cristão católico francês, Lacordaire, no surgimento do Direito do Trabalho, *"entre o forte e o fraco é a lei que liberta"*. A liberdade oprime porque coloca no mesmo nível partes desiguais: basicamente, o detentor do capital e aquele que só tem a oferecer a sua força de trabalho. Na mesma linha, nós fazemos a leitura da entrega do nosso País, da soberania nacional. O Brasil está sendo entregue. A PETROBRAS está sendo fatiada, entregue em parcelas — o pré-sal. Resistimos aqui. Conseguimos e não passou totalmente.

Queriam privatizar também a ELETROBRAS. O sistema elétrico brasileiro está vinculado à água. Privatizar a ELETROBRAS é privatizar as nossas águas. Então, nós vivemos um momento de desafios, na leitura que nós fazemos.

Eu quero deixar claro que este é um espaço democrático. Eu respeito muito as pessoas que pensam e têm uma leitura diferente do Brasil. Mas não posso, falando em nome da Comissão de Direitos Humanos e Minorias nesta tarde, neste encontro, deixar de dar o meu testemunho, o que estou vivendo na Casa. Inclusive participei de quase todas essas Comissões Especiais. Participei da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, que infelizmente foi aprovada e se transformou na Emenda Constitucional nº 95, de 2016; participei da Comissão Especial que discutiu a reforma trabalhista. Perdemos em todas, mas estamos presentes. Houve uma vitória parcial. Participei também da Comissão Especial que discutiu a privatização da ELETROBRAS.



Hoje estaremos reunidos para debater o novo traçado da BR-158 no Estado de Mato Grosso. Para mim, há uma dimensão muito afetiva. Quero concluir dando um depoimento, um testemunho: foi em São Félix do Araguaia que conheci D. Leonardo, na época, bispo. São Félix do Araguaia, para a minha geração, virou referência por conta de D. Pedro Casaldáliga, desde 1968. *(Palmas.)*

Sempre que posso, vou lá, porque é uma região muito querida no meu coração, na minha memória pelo que representou de lutas e de esperança para a minha geração. D. Pedro Casaldáliga foi uma inspiração enorme, uma referência muito forte, Pedro, para nós todos, na luta que D. Leonardo deu continuidade, junto com um conjunto de bispos e religiosos, como D. Hélder Câmara, que deram à Igreja no Brasil uma perspectiva muito bonita e anunciadora.

Eu ganhei de presente nesses dias um disco da Missa dos Quilombos, na Paraíba, da qual participaram — vejam o trio! — D. Pedro Casaldáliga, D. Hélder Câmara e D. José Maria Pires. Para mim, este encontro tem também essa dimensão afetiva de reanimar o coração, a alma, a mente, para que nós possamos prosseguir nas lutas democráticas, nas lutas em defesa dos povos e dos territórios indígenas, dos quilombolas, dos pobres, dos que têm fome e sede de justiça.

Eu quero agradecer a todas e a todos a presença e dizer que esta audiência não se encerra aqui. É um momento a que nós vamos dar continuidade conversando, discutindo. Se necessário, vamos fazer outras audiências, ampliar este debate em outras Comissões. Eu, no meu mandato, assim como o Deputado Nilto Tatto, um grande parceiro, no seu, e outros que sabemos que estão comprometidos, estamos rigorosamente à disposição para os encaminhamentos que acharem que devemos fazer, na perspectiva desses compromissos que nós discutimos hoje aqui.

Muito obrigado a todas e a todos. *(Palmas.)*